

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.441 - RJ (2019/0006706-0)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S) - RJ101547  
**RECORRIDO** : ELAINE DE CARVALHO  
**RECORRIDO** : LUIS PAULO FIGUEIREDO DE MELO  
**ADVOGADO** : RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(S) - DF022256

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 10/10/2017, com fundamento na(s) alínea(s) **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"EXAME EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO. Ação pelo procedimento comum ordinário com pedido de cobrança. Sentença de procedência. Decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação do réu, mantida quando do julgamento do agravo interno. Pleito de reajuste de 24% (vinte e quatro por cento) sobre a remuneração de serventuários do judiciário estadual, de uma única vez, fundada na Lei Estadual nº 1.206/1987, com o pagamento das diferenças vencidas. Determinado o reexame da questão, com base no artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, em razão de aparente divergência com o R. Ext.

592.317/RJ. Matéria reconhecida como de repercussão geral, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (R. Ext. 592.317/RJ), ante a impossibilidade de o Poder Judiciário, por isonomia, alterar a remuneração dos servidores públicos. Súmula vinculante nº 37 do STF. Ressalva do entendimento desta relatora, baseado no enunciado nº 300 da súmula de jurisprudência desta Corte Estadual. Mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 909.437/RJ, relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, com repercussão geral reconhecida (Tema nº 915). Juízo de retratação exercido nesta sede, para DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL e, nos termos do artigo 1.041, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, julgar improcedente o pedido autoral" (fls. 732/737e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 751/754e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO contra acórdão que, em sede de reexame, para exercício de eventual juízo de retratação — artigo 1.030, inciso II, do CPC/2015 —, deu provimento ao agravo interno

interposto pelo ora embargante, para julgar improcedente o pedido autoral de reajuste de 24% (vinte e quatro por cento) sobre a remuneração de serventuários do judiciário estadual, deixando de condenar os autores nos ônus sucumbenciais. Alegação de contradição e omissão no que referente à sucumbência. Quando do ajuizamento da ação havia entendimento desta Corte Estadual no sentido de que devido o reajuste pretendido; e, decisão administrativa, na mesma linha. Aplicação do princípio da causalidade. Acórdão embargado que não incidiu nas hipóteses dos artigos 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO" (fls. 775/778e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta violação do **art. 20, caput e §§ 3º e 4º, do CPC73 e do art. 85, caput e § 10, do CPC/2015**, ao fundamento de que "é patente a negativa de vigência ao artigo 85, caput, da lei de ritos em vigor, decorrente de aplicação evidentemente equivocada do princípio da causalidade, insculpido no §10, do mesmo artigo. No que toca especificamente à verba honorária, esta deverá observar os parâmetros indicados nos §§3º e 4º, do artigo 20, do Código de Processo Civil de 1973, uma vez que a r. sentença foi publicada durante a sua vigência" (fls. 788/792e).

Por fim, requer "o provimento do presente, a fim de se excluir a condenação do Estado ao pagamento de honorários advocatícios, atribuindo-se tal ônus aos autores, devendo tal verba ser arbitrada em conformidade com o artigo 20, §§3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973" (fl. 792e).

Contrarrazões a fls. 798/810e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 813/815e).

**A irresignação não merece conhecimento.**

Com efeito, esta Corte já decidiu que, a par do CPC/2015 ter inovado no tocante às regras alusivas à fixação dos honorários advocatícios, principalmente no que diz respeito aos percentuais a serem arbitrados e à condenação em casos que envolvem a Fazenda Pública, **manteve, contudo, o princípio da causalidade na fixação dos honorários, de modo que aquele que deu causa à ação judicial deve arcar com os honorários advocatícios.**

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. JUÍZO DE EQUIDADE. VALOR ÍNFINO. SÚMULA 7 DO STJ. AFASTAMENTO.

1. Esta Corte tem o entendimento, cristalizado na Súmula 345, de que são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas

execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

2. O CPC/2015 inovou no tocante às regras alusivas à fixação dos honorários advocatícios, principalmente no que diz respeito aos percentuais a serem arbitrados e à condenação em casos que envolvem a Fazenda Pública, mantendo, contudo, o princípio da causalidade na fixação dos honorários, de modo que aquele que deu causa à ação judicial deve arcar com os honorários advocatícios.

(...)

8. Agravos internos desprovidos" (STJ, AgInt no AREsp 1.007.254/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DA LOCATÁRIA. DEPÓSITO DAS CHAVES EM JUÍZO. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. HONORÁRIOS. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ. DECISÃO MANTIDA.

1. Pelo princípio da causalidade, são as verbas sucumbenciais devidas pela parte que deu causa ao ajuizamento da causa, nos termos dos art. 20 do CPC/73 (art. 85 do CPC/15).

(...)

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.061.063/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 01/12/2017).

No caso, o Tribunal de origem, em sede de juízo de retratação, a par de dar provimento ao apelo manejado pela parte recorrente, para julgar improcedente a pretensão autoral, condenou o recorrente ao pagamento da verba honorária, ao fundamento de que, **"embora vencido, não foi o autor quem deu causa à instauração do processo"**; sendo certo, ademais, que a sucumbência integra o princípio da causalidade" (fl. 737e) e que "à época do ajuizamento da presente demanda, havia entendimento deste Tribunal no sentido de que devido o reajuste pretendido. Assim, em atendimento ao princípio da causalidade, **mesmo tendo o réu sido vencedor, incumbe-lhe o ônus da sucumbência**" (fl. 778e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a **Súmula 7/STJ**.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO 'EXTRA PETITA'. NÃO OCORRÊNCIA. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

(...)

4. A pretensão da ora recorrente é inverter a distribuição dos ônus sucumbenciais, aplicando o princípio da causalidade. Afirma que quem deu causa à propositura da Medida Cautelar foi a parte recorrida.

5. Ao dirimir a controvérsia, a Corte de origem consignou, de forma expressa, que "não foi a União que deu causa ao ajuizamento do feito quando recusou, acertadamente, a carta de fiança apresentada".

6. **É assente no STJ que rever a conclusão adotada pelo Tribunal de origem, quanto ao princípio da causalidade ou à sucumbência recíproca, implica o revolvimento do contexto fático-probatório, o que é inviável em Recurso Especial, em virtude do óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".**

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.760.160/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2018).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONDENAÇÃO DA EXEQUENTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "restou comprovado o erro do contribuinte, que informou códigos de receita diversos para o tributo declarado em DCTF e compensado em DCOMP, conforme documentos juntados, pelo que se afasta a possibilidade de condenação da exequente em verba honorária", e que, "ainda que venha a prevalecer a extinção determinada na origem, a PFN não poderia ser condenada em verba honorária, por não ter dado causa às inscrições", de modo que, em razão do princípio da causalidade, não haveria motivo para a condenação do Fazenda Nacional ao pagamento de honorários

sucumbenciais. Assim, a modificação das conclusões a que chegou a Instância a quo - de modo a acolher a tese da parte ora recorrente, em sentido contrário - demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, em face da Súmula 7 desta Corte.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.572.352/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/05/2018).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pela parte agravante em face da Fazenda do Estado de São Paulo, objetivando a declaração de nulidade de processo administrativo instaurado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com indevida suspensão do registro de alterações societárias que retiraram os autores de empresas, sob fundamento de não observância do devido processo legal. O acórdão manteve a sentença que julgara improcedente o pedido, inclusive em relação aos ônus sucumbenciais, considerando a legalidade do processo administrativo em comento.

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, entendeu que a parte recorrente dera causa à instauração do processo, devendo arcar com os ônus da sucumbência. Assim, a modificação das conclusões a que chegou a Instância a quo - de modo a acolher a tese da parte ora recorrente em sentido contrário - demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, em face da Súmula 7 desta Corte.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.130.636/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho

adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

